

Estudo de Caso

A resistência da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira

“[...] uma comunidade, um ajudando o outro, assim ia trabalhando na roça. O pessoal era muito unido, muito bacana, graças a Deus. Mas, vinha o gado do Batalhão e destruíu tudo”. (Francisca da Gloria)



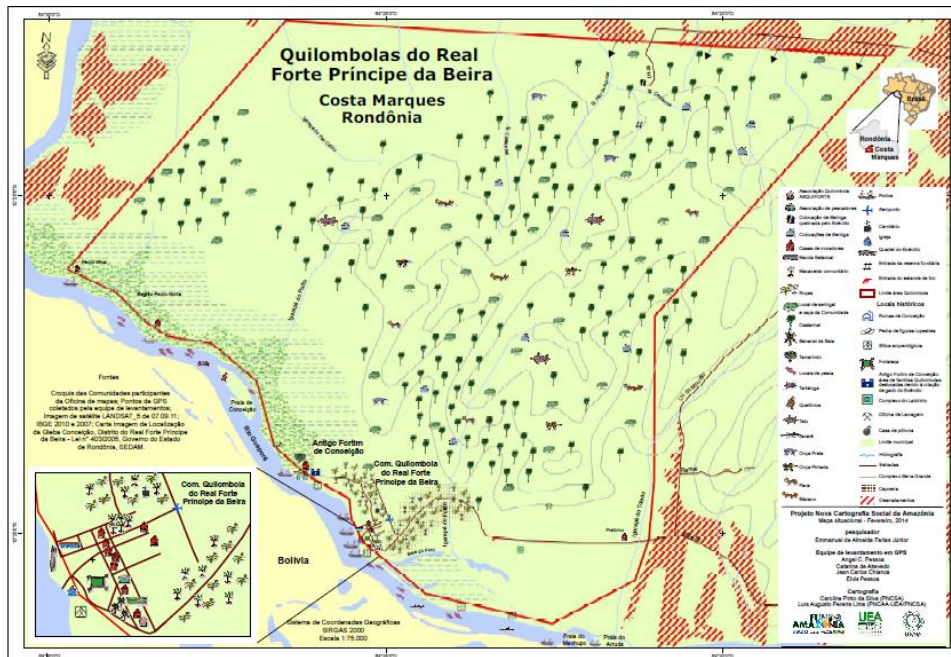
Chegada do Divino ao porto do Forte em 2014. Foto Elizabeth Farias Brito.

INFORMAÇÃO GEORREFERENCIAL

A comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira fica no município de Costa Marques, Estado de Rondônia/Brasil. Abrange a extensão de 20.108,8709 hectares em plena região amazônica.

Forma parte desses territórios chamados de “Negros do Guaporé” constituídos a partir de distintos processos de territorialização, desde o século XVIII na linha de fronteira entre Brasil e Bolívia, no vale do Rio Guaporé, conhecido como Rio Iténez na Bolívia. Delimitados por antigos sítios e colocações de seringa, áreas de roçado, pesca, entre outros sítios históricos, como o próprio local da antiga Vila de Conceição e o Forte Príncipe da Beira.

Desde 05 de setembro de 1754, ofícios apontam que esses quilombos estavam localizados tanto do lado português, quanto do lado castelhano, sendo o mais famoso o Quilombo do Piolho, ou do Quariteré, liderado por Tereza de Benguela, no igarapé do mesmo nome, na atual divisa de Rondônia e Mato Grosso.



Mapa elaborada pelo Projeto de Nova Cartografia Social da Amazônia com a associação quilombola do Forte Príncipe da Beira. Foto: ASQFORTE

Tais processos remetem ao período colonial e a ação bandeirante em busca de riquezas, ouro e pedras preciosas, em exploração desde a década de 1730 pelos mineiros de Cuiabá e São Paulo e confirmada posse portuguesa com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, após o qual as Missões indígenas jesuíticas castelhanas de indígenas abandonaram o lado direito do rio Guaporé e passaram ao lado da atual Bolívia.

Georeferenciamento 12.365330 -64.397667.

CLASSIFICAÇÃO DO CASO

A primeira notícia do local, ao lado direito do Rio Guaporé é uma missão jesuítica de indígenas Moré, que foi abandonada após o Tratado de Madri de 1750. À

construção do Forte deve-se em parte a chegada da população negra na região, por causa das minas de ouro de Vila Bela, e a disputa do território pelos portugueses, com a construção duma fortaleza no local da comunidade. O avanço da colonização portuguesa e as iniciativas de militarização da fronteira resultaram na política de fortificação do Guaporé, passando a ser construído pelos portugueses o Forte de Nossa Senhora da Conceição, que logo passa a se chamar Forte de Bragança. Este primeiro local da fortaleza foi abandonado após uma alagação e nova construção foi iniciada nas proximidades na localização atual do Forte Príncipe da Beira. Existem relatos que, em 1743, neste local existia uma senhora negra que se chamava Ana Moreira, ela era dona de muitas cabanas, mas foi expulsa pelo engenheiro Domingos Sambucetti, responsável pela construção do Forte Príncipe.

“Hoje, 235 anos depois querem fazer a mesma coisa com a comunidade. Esquecendo-se dos valores morais, da dignidade humana. Desrespeitando todos os limites dos direitos humanos. Constrangendo esta comunidade com todos os tipos de humilhação”. (ELVIS PESSOA, presidente da Associação Quilombola do Forte)

O poder colonial impôs políticas de ocupação, trabalho escravo e militar, escravizando negros e indígenas na construção da fortaleza. Isso ocasionou o surgimento de “novas coletividades”, entre elas há notícias de grupos quilombolas instalados nas redondezas. Depois do fim do ouro o Vale do Guaporé, considerado insalubre, foi abandonado pelo homem branco e se converteu em território onde os negros viviam em liberdade, muito antes da Lei Áurea ser aprovada.

Existem notícias que o Forte passou a ser comandado como presídio por homens de cor, pelo menos até 1830, porém acabou sendo totalmente abandonado pelas autoridades e a vegetação tomou conta de suas dependências ameaçando a integridade da edificação. Mesmo assim, a comunidade de origem afrodescendente, que chegou para sua construção, continuou morando sem interrupção na região do Forte Príncipe e na área do antigo Forte de Conceição.

A fortaleza somente foi “redescoberta” pelas autoridades no século XX: Em 6 de julho de 1913, o Forte foi visitado pelo Almirante José Carlos de Carvalho e em 1914, pela comissão que dirigia o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), que ordenou a limpeza da mata que invadia suas dependências. Rondon só retornou em 1930 e instalou mais tarde no local um batalhão de fronteira, até que em 1940 foram construídas as primeiras instalações do atual quartel militar. *“No entanto, a área já estava habitada. As famílias que residiam eram descendentes dos escravos negros e indígenas que trabalharam na construção da fortaleza. A ocupação da área abrangia até a antiga Fortaleza de Conceição (Forte de Bragança), onde, segundo dizem os quilombolas, “só existiam negros”. Nesse lugar, lembra Mendes (1999), viveu o mestre Anacleto, um líder negro local”.* EMMANUEL DE ALMEIDA FARIAS JUNIOR.¹

Testemunhas atuais, como Dona Dormalina, relatam que antes do retorno do exército sempre houve uma numerosa comunidade negra, descendentes dos antigos escravos e remanescentes dos quilombos estabelecidos no lugar: *“Meu pai era praça de Rondon e sempre disse que quando chegou já tinha muita gente morando aqui”.*² Porém também há relatos que o gado bovino, trazido como as instalações militares, passou a destruir frequentemente as plantações. A população de Conceição, na localização do antigo Forte de Bragança, era na década de 1950 numa das principais vilas da região, contando com cartório e com aeroporto, até os moradores serem expulsos pelos militares na década dos anos 70, restando apenas os moradores localizados no Forte Príncipe da Beira.

A população que mora no local foi reconhecida como comunidade quilombola no dia 19 de agosto de 2005 pela Fundação Palmares e a localidade foi declarada Distrito do Município de Costa Marques. Porém o Exército sempre resistiu a reconhecer a identidade quilombola da comunidade e seus direitos, sendo a área considerada sobre controle militar, e os moradores sofrem retaliações há décadas.

¹ Emmanuel de Almeida Farias Junior, *Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas* <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1467>

² Testemunho dado em assembleia da comunidade em presença do procurador do MPF, Dr Henrique Heck, e o prefeito de Costa Marques, Chico Território, em 28 de agosto de 2013.



Foto: Intento do Exército de cercar o acesso a entrada ao porto e a Fortaleza, julho de 2015. Foto: MPF-RO / Arquivo da CPT – Rondônia

Assim as últimas décadas as famílias quilombolas têm sofrido constantes pressões, para que saiam da área pretendida, pelos diversos Pelotões militares que já atuaram na região. A intrusão das terras tradicionais pelo Exército, as pressões e os atos de violência têm impedido a ocupação plena do território quilombola, como a realização das práticas agrícolas, da pesca, de turismo, a construção e reforma de moradias, o acesso ao porto do Rio Guaporé, o acesso à educação e à saúde sem constrangimentos.

Em 2012 houve a proposta do Procurador do MPF Daniel Fontenele de realização de um Termo de Convivência entre Exército e Comunidade, porém estes sempre se recusaram a reconhecer a identidade quilombola da comunidade e a permitir a entrada do INCRA para realizar o estudo antropológico sobre o território tradicional da comunidade. Apenas houve uma proposta de Contratos de Concessão de Uso (CDRU) individuais, que após estudo da comunidade foi rejeitado. Com a continuação da situação social de conflito a reivindicação territorial dos quilombolas foi judicializada. Em 28/11/2014 o Ministério Público Federal moveu uma ação pública contra o Exército e o

INCRA para que fosse realizado o Relatório Territorial de Identificação e Delimitação - RTID, previsto em Lei.

Atualmente, esta comunidade configura como um território tradicional de caráter determinante a permanência na posse com a finalidade de agroecologia, extrativismo e proteção cultural. O momento decisivo para a comunidade aconteceu entre os anos 2011-2012 com a elaboração do mapa do território tradicional da comunidade quilombola.

O fascículo “Mapeamento Social” que fez a cartografia social da **Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira**, tem como objetivo informar a população local sobre gestão territorial contra desmatamentos e devastação florestal. Este mapa serviu para unificar a comunidade e fundamentou a rejeição de uma proposta restrita de concessão de uso individual para as famílias da área. A então presidente da AsqForte, Florinda Junior dos Santos, mais conhecida como dona Dadá, destacou em sua fala a importância do resgate de memória da comunidade e a divulgação do fascículo. *Estamos passando por muitos problemas, principalmente com o Exército Brasileiro, que quer impor um acordo de convivência de cima para baixo.* Hoje a maioria da comunidade vê na realização na realização do Relatório Oficial de Identificação Territorial (RTDI) como o caminho a seguir para o pleno reconhecimento do território quilombola.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E CULTURAIS DESCRITIVAS DA POPULAÇÃO INVOLUCRADA

A comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira está formada por afrodescendentes remanescentes dos antigos Escravos do Rei, levados pelos portugueses à beira do Rio Guaporé, na atual divisa de Brasil e Bolívia, para construir uma fortaleza, no século XVIII.

Tanto a movimentação militar com a perseguição aos quilombos, quanto o abandono da região pelos bandeirantes após a decadência das minas, ocasionaram o espraiamento do domínio negro no Vale do Guaporé. Pode-se dizer que chegaram mesmo a estender por áreas circunvizinhas das fortificações militares. A comunidade permaneceu sempre no local até receber novamente o batalhão militar em 1935.

Mesmo com os traços e a história de ancestralidade negra, o Exército e outras autoridades recusavam considerar a identidade afro descendente: *Vivemos com descaso das autoridades de reconhecer nossa comunidade como quilombola. Eles não respeitam, não reconhecem, falam na nossa cara que a gente é boliviano, que a gente é nordestino, que a gente é qualquer coisa menos quilombola. Eles não respeitam nossa história, nossos antepassados, quem construiu isso. Eles falam que a gente é branco, amarelo, azul, de qualquer cor mas não é preto. Primeiro que tem negro aqui sim e segundo que a gente não precisa ser preto pra ser quilombola. É claro que com o passar do tempo teve mistura, teve casamento com gente de fora, e isso é normal. A gente é quilombola não só pela cor da nossa pele, mas pela nossa história, pelo nosso passado, pelos nossos antepassados que foram escravos, que construíram isso aqui e que sempre mantiveram isso aqui. Somos remanescentes de quilombo sim, sendo preto na pele ou não. A Fundação Palmares já reconheceu a gente, a gente tem certidão, a gente tem história, e a gente é quilombola quer o Exército queira ou não queira.* (Mary Nascimento, professora)

O Exército praticou todo tipo de retaliações: Exerceu controle na construção e reforma de moradias, no uso de escola e infraestruturas, no plantio de roças, nas atividades turísticas, na pesca, no extrativismo vegetal, etc. Assim como aconteceu coma antiga Vila de Conceição, famílias que residiam na comunidade Forte Príncipe da Beira passaram a ser acuadas e pressionadas a deixarem suas terras tradicionalmente ocupadas.

Segundo moradores, após a implantação de gado do exército em Conceição a comunidade começou a se dizimar. *Antes disso era fácil plantar arroz, mas depois o gado comia a roça do povo!* Afirmar Dona Francisca da Gloria. Essa foi uma estratégia do Exército para impensar o povo quilombola que morava ali.



*Acesso interditado ao porto civil da comunidade no rio Guaporé, 2017.
Foto: Asqforte / Arquivo da CPT – Rondônia*

Sob pressão do MPF, o Exército tentou uma norma de convivência abusiva para a comunidade assinar. Segundo Amaury Arruda isso é um absurdo. *A comunidade que já é submissa. Essa norma de convivência é uma armadilha profunda. No momento que assinarem, vão coibir com respaldo nas normas para perseguir os moradores. Atualmente as famílias já estão tolhidas do direito de plantar e de colher, mas de qualquer forma desobedecem plantam mesmo assim. E depois?* Questiona Arruda.

Nas publicações da CPT RO e na cartilha da Nova Cartografia Social da Amazônia há registros do aumento das pressões e atos de violência contra a Comunidade Quilombola. Unidades familiares têm sido impedidas de praticarem as atividades agrícolas. Homens presos por estarem fazendo roça, apreensão de um trator, a atividade de pesca tem sido exercida sob o rígido controle do Exército, que institui normas próprias de fiscalização, inclusive sobre o pescado obtido para consumo. O Exército tem proibido o embarque e desembarque das famílias quilombolas que utilizam veículos no porto. Quatro pescadores tiveram suas casas invadidas, peixes retirados dos freezers, além de serem presos e levados para o Ibama.



Casa queimada pelo Exército do seringueiro “Perna de Abelha”, novembro 2008.

Foto: Pe. João Picard /Arquivo da CPT – Rondônia

A escola construída pelo Estado para à comunidade foi cercada dentro do perímetro do quartel do Exército, dificultando o acesso dos alunos, professores e a própria comunidade. Um intenso processo militar que isola a comunidade do dia a dia da escola. Os militares passaram a exigir a apresentação de um documento com foto para que as pessoas tivessem acesso à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “General Sampaio”, inclusive os pais de alunos e professores. A escola e quadra da comunidade foi cercada pelo aquartelamento, os servidores estaduais que atuam na escola e os alunos vêm sofrendo constantes constrangimentos. Um professor chegou a ser retirado da sala de aula por militares armados diante dos estudantes. Após o incidente os professores chegaram a parar o funcionamento da Escola.

Em 2009 a família de um casal de seringueiros, ele quilombola, ela indígena cojumbim, foi expulsa pelos militares do 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado e sua casa foi incendiada, quando estava provendo a alimentação suficiente para manter os trabalhadores para coleta da castanha.

O sistema de comunicação da comunidade ainda é muito precário. A única comunicação eficaz é o acesso à internet. A comunidade carece também de um sistema de água tratada, posto de saúde, os atendimentos são feitos pela enfermaria do pelotão, que é mantida com um acordo com a Prefeitura. São muitas humilhações, afirmam que não são obrigação deles, mesmo assim eles estão atendendo.

Há relatos de trabalhos de parto que salvaram mães e filhos. Além dos partos, pessoas da comunidade faziam remédios caseiro, rezava para vários tipos de doenças, como quebranto, mal olhado, vento caído, vermelha, dor de cabeça, dentre outros. *Pessoas abençoadas que gostam de cuidar das mulheres e crianças.* Afirma Cristiane Açaiaque da Paz.

“A comunidade sempre realizou eventos comunitários, mas de uns tempos pra cá a mesma foi perdendo os costumes, hoje estão tentando resgatá-los. Álvaro Alves Lembra de quando eu era pequeno, *chegava a época das festas juninas fazíamos fogueiras e dançávamos quadrilha, com isso toda a comunidade se reunia para festejar.*

Na semana santa brincavam de Judas (brincadeira onde se escondia o mesmo para todos procurarem). Com o passar do tempo isso tudo foi se perdendo por conta que as grandes partes dos moradores antigos foram embora e outros morreram. Fazendo com que nossos descendentes fossem deixando todos os costumes de lado. *Então hoje nós estamos trabalhando pra tentar resgatar de novo essa cultura da nossa comunidade.* Garante Álvaro Alves.

A maior tradição da região é a festa do Divino Espírito Santo, de mais de 120 anos de antiguidade no Vale do Guaporé, em todo lugar que a coroa passa existe uma irmandade, isso é uma diretoria de sete componentes. No ano de 2.011 foi criada a diretoria da Comunidade do Forte e para 2.021 a comunidade será sede da Festa. Quando a Coroa do Divino Espírito Santo chegava ao forte, Dona Faustina dizia: *“vamos minhas filhas, vamos meu pessoal, vamos pedir a Deus que nos liberte”.*

A identidade do povo do Forte está intrinsecamente ligada com a religiosidade e a cura. *O que me marcou mais para gostar daqui. Foi uma benção que eu recebi. Por isso*

que eu peço pro Senhor ter misericórdia de nós. Afirma dona Faustina. A certeza da libertação dos negros de Guaporé é sustentada pela fé. A luta se mantém viva e forte.

A Associação Quilombola do Forte Príncipe (AsqForte) foi a organização que representa a resistência da comunidade e a reivindicação dos direitos da comunidade quilombola. Também há uma Associação de Mulheres e a Colônia dos Pescadores, anexa a Colônia de Costa Marques, e a citada Irmandade do Divino, além das comunidades católica de Nossa Senhora da Conceição e de diversas denominações religiosas.

Em um olhar externo percebe duas instituições brigando pela terra, que é o Exército brasileiro, uma instituição muito forte, federal, e a associação quilombola do Forte Príncipe da Beira, mas ao ouvir as histórias de opressão de humilhações, a comunidade com sua identidade territorial quer a liberdade. *Agente não tem essa liberdade, é como se estivesse na época da escravidão aqui, os senhores é o exército, e nós temos que obedecer tudo que vem deles, do contrário, a comunidade acaba recebendo represálias. Laís dos Santos.*

Hoje, o Forte está de pé graças a sociedade civil - a comunidade quilombola. A Associação Comunitária está legalizada e os moradores se desafiaram a permanecer na terra. Mesmo com as perdas pós golpe tem-se a garantia das leis Federais para as comunidades quilombolas permanecerem nas suas áreas. A certificação quilombola permite fazer do local de origem o território próprio, ter direitos, permite a liberdade de ir e vir. *Mesmo assim os governantes recusam a reconhecer o direito dessas comunidades.* Afirma Elvis Pessoa. A Associação Quilombola tem dado respaldo da comunidade.

Hoje a comunidade não coleta mais borracha e sofrem dificuldade para coletar e vender castanhas, mas houve um tempo que era tudo liberado. *Nós íamos e voltávamos. Tinha uma colocação. Eu ficava de dez a quinze dias na colocação. Trazia a borracha nas costas. A gente fazia a borracha defumada, a gente vendia no Forte. Eu aprendi no seringal, eu tinha oito anos de idade. A força da seringa é maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro. Em novembro começa as chuvas e fica difícil. A castanha é novembro, quando começa a cair, aí vai dezembro e janeiro,* afirma Manoel Pereira Lima.



O seringueiro Manoel Marcolino, popular “perna de Abelha”, quilombola e morador do território do Forte. Foto: Pe. João Picard / Arquivo da CPT – Rondônia

Aqui era o único lugar que trabalhava na seringa, roça, castanha, pesca, até a chegada dos comandantes querendo mandar, foram cercando tudo, inclusive o colégio, e depois já inventaram de pedir documento do pessoal da comunidade. Muitas pessoas foram desgostando e foram embora. Diminuiu as barricas (seis latas de castanhas de sessenta quilos) tiradas na Serra. O fogo queimou e estragou muito castanhal. Segundo Salém Penha *chega essa fase, o comprador manda a castanha tudo pra Bolívia, chega um brasileiro comprando é pra Bolívia, mas não tem uma garantia de preço mínimo.*

Em São Bartolomeu é dia de tempestade, dava a primeira chuva aí a gente plantava se fosse uma época de lua crescente plantava no dia seguinte a planta em agosto, quando era em dezembro a gente já tava colhendo por exemplo o milho, a melancia o jerimum que dava num prazo de noventa dias, o feijão se fosse desse feijão de corda, porque se fosse do outro o carioquinha ele saia antes, na época de março até

abril, aí a macaxeira, aí você planta tem a macaxeira. O arroz, você planta geralmente em novembro ou dezembro, em março você está colhendo, o milho do mesmo jeito, porque tem um milho da produção (OSMILDO PINHEIRO...).

Há relatos de depredações e roubos por parte do exército, inclusive com denúncias em jornal. Eles (o Exército) impedem de brocar e queimar as roças. Não obstante, a comunidade vem perdendo as sementes crioulas. A EMATER manda sementes híbridas que não se reproduzem.



Entrevista de Elvis Pessoa, atual presidente da Asqforte. Rede TV / Arquivo da CPT – Rondônia

A pesca só é permitida com linhada e com a carteirinha de quilombola no bolso, ou então com a carteira de pescador. Não pode ultrapassar de sete quilos por dia, se o cara for pego com mais de sete quilos aquele peixe é levado, isso foi o que o chefe do IBAMA falou aqui numa reunião que teve, sete quilos por semana, afirma Osmildo Pinheiro. Isso dificulta a reprodução das famílias quilombolas. Segundo Osmildo sete quilos são pouco para uma família grande, porque aqui ninguém tem o luxo de comprar carne ou frango, no preço que está, fica complicado realmente.

Diante de tudo isso, todas as relações sociais, organizativas, comunais, familiares e vizinhanças estão ameaçadas, mas as famílias resistem.

HISTÓRIA DA DEMANDA E ESTRATÉGIA DE ACESSO

Em outubro de 2012 a Associação Quilombola do Forte Príncipe (AsqForte) em parceria com o projeto Nova Cartografia Social elaborou o fascículo “Mapeamento Social” da UFAM e lançou em dezembro de 2014, em Costa Marques. O documento define em croquis elaborado pela comunidade a indicação de suas terras tradicionalmente ocupadas.

O Exército sempre impediu a entrada da equipe do Inkra de realizar o RTID: o laudo antropológico oficial. O MPF apresentou com Ação Civil Pública na Justiça Federal de autorização para o INCRA realizar o laudo antropológico oficial. Mesmo assim na autodemarcação apresentada na Cartografia Social a Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira abrange a extensão de 20.108,8709 hectares. Em 2015 o Exército apresentou uma proposta de CDRU: concessão individualizada de reconhecimento de posse, que foi recusada pela comunidade.



A professora Mary Nascimento, ex presidente da Asqforte, apresenta o mapa da comunidade. Foto: Asqforte / Arquivo da CPT – Rondônia

Além da falta do estudo antropológico a comunidade carece de muitas políticas públicas em nível municipal. A Prefeitura de Costa Marques tem medo de implantar infraestrutura na comunidade como posto médico e sistema de água. *A água encanada vem do quartel, então eles se sentem em todo o direito de fazer o que eles querem e a gente tem que baixar a cabeça, eles acham que a gente tem que baixar a cabeça como se não tivéssemos direitos, nós somos amparados por lei da mesma forma que eles devem ter os direitos deles com certeza, mas também nós temos os nossos, afirma Laís dos Santos.* A perfuração de um poço artesiano foi impedida e hoje a demarcação do território e as políticas públicas de saúde e água são as prioridades da comunidade.

LINHA DO TEMPO

Construção fortaleza Forte Príncipe
Beira portugueses

1776



1932

Estabelecimento dos militares no
forte Príncipe da Beira

Concessão por dois anos das Terras da União para o Exército

1998



2005

Reconhecimento Quilombo pela Fundação Palmares

Expulsão e queima de casa pelo Exército de uma família de quilombolas e indígena da área do Forte.

2007



2008

Criação Associação Quilombola

Apertura de Inquérito Civil Público
no MPF de Ji Paraná

2010



2012

Apresentação do mapa do território
da comunidade

Assembleia das comunidades
quilombolas de RO, denunciando o
Exército que impede realização de
RTID

2013



2013

Debate e rejeição de Termo de
Convivência e CDRU



2014

Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo em Porto Velho

Apresentação de Ação Civil Pública pelo MPF contra o Exército e o INCRA e indeferimento da Antecipação de Tutela

2014



2015

Audiência de Conciliação na Justiça Federal

Audiência Pública em Costa Marques com presença do ministro da SEPPIR Posterior Inspeção Judicial Federal na comunidade.

2018





2018

Decisão favorável da Justiça Federal para realização do RTID e construção de nova escola.

ASPECTOS LEGAIS DO ACESSO E CONTROLE DA TERRA, CONFLITOS, OUTROS ATORES

Reconhecidos como Comunidades Tradicionais, os quilombolas, como outros povos, conseguiram reconhecimento nacional através do Decreto 6.040/2007, que determina a composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, criada para articular políticas públicas para o desenvolvimento, com os territórios reconhecidos, espaços essenciais à reprodução dos diferentes modos de vida.

Atualmente, o território da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira está assegurada pela Constituição Federal de 1988 no Artigo 216 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. A Convenção n° 169 foi assinada pelo Brasil em 2002, com força de norma constitucional, por tratar de matéria de direitos humanos, reconhece diversos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e, se somam os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, os Decretos 6.040 de 2007 e 4887 de 2003.

A área total é superior a 20.000 hectares de terras públicas certificada oficialmente como remanescente de quilombolas em 28 de junho de 2005 (Certidão n° 01420.001406/2005-44) pela Fundação Cultural Palmares. Mesmo assim, o Exército tem impedido de forma ilegal a realização por parte do INCRA do RTID (Relatório de Identificação e Delimitação do Território) e negado o reconhecimento quilombola da comunidade.

Além do obstáculo criado em realização ao RTID, outros conflitos são frequentes entre o Exército e a comunidade:

1. **Dificuldades para realização de roças e notificações de expulsão** - o comandante do Batalhão notificou membros da comunidade por realização de roças em áreas tradicionais da comunidade, ameaçando com a expulsão da comunidade e com penas de desobediência à justiça militar por supostos crimes ambientais. Segundo a comunidade, foram presos tratores da Prefeitura e da EMATER dentro da área.
2. **Negação de direitos de aposentadoria especial** - Mulheres da comunidade, que sempre realizaram atividades agrícolas, tiveram negadas de seu direito a aposentadoria rural no INSS em São Miguel do Guaporé. Não reconhecem a identidade quilombola da comunidade, nem aceitam as declarações da Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira que comprovam atividades rurais. Não seria a primeira vez que isso acontece.
3. **Retirada de professores da Escola Municipal General Sampaio** – A Escola da Comunidade agora enfrenta dificuldades pela transferência dos professores municipais locais para distritos distantes, deixando alunos do Forte sem aula. Pais dos alunos tem se reunido mostrando sua contrariedade por ser a segunda vez que isso acontece, prejudicando os alunos, e têm escrito à Prefeitura pedindo o retorno da professora transferida.
4. **Impedimento de atividades de turismo** - A comunidade e Prefeitura estão planejando a possibilidade de retomada de atividades econômicas explorando o potencial turístico da área, como eram realizadas antes de ser impedidas pelo Exército. Pois o local recebe numerosos visitantes para conhecer um dos mais emblemáticos patrimônios históricos do Estado, a fortaleza construída no século XVII a mando dos portugueses e que deu origem à comunidade quilombola local.
5. **Reunião com o MPF, INCRA e outras autoridades** - A comunidade participou de numerosas assembleias junto com sucessivos Procuradores da República em Ji

Paraná. Além dessas dificuldades acima, a comunidade citou as dificuldades para abastecimento e saneamento da água, para asfaltar as ruas e para realização de construções em preparação dos Festejos do Divino Espírito Santo no Forte no ano de 2021.

Representantes da Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia – SEDAM tem recusado a se posicionar sobre a concessão de licenças ambientais para o trabalho tradicional de roça dos membros da comunidade. A Advocacia Geral do Estado (AGU) sempre tem se posicionado apoiando o Exército. Também o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem intervindo em diversos projetos de restauração da Fortaleza, que é um dos principais patrimônios históricos do Estado de Rondônia, sempre contando com a participação tanto do Exército como da Comunidade. A Comissão Pastoral da Terra de Rondônia (CPT RO) tem apoiado as iniciativas e reivindicações da comunidade, divulgando as denúncias e reivindicações das comunidades e oferecendo assessoria jurídica.

As propostas e incidências da população diante do marco normativo são:

1. Titulação imediata do território quilombola de acordo com o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, bem como do Decreto 4.887 de 2003;
2. Que o Exército Brasileiro, reconheça e respeite os remanescentes de quilombolas sem oprimir e violar os direitos constitucionais formados na Certidão de Auto Reconhecimento da Fundação Cultural Palmares;
3. Construção de um Posto de Saúde, com atendimento de emergência. Evitando assim que as famílias quilombolas sofram constrangimento por parte dos militares por estarem sendo atendidas no hospital do B.E.F.;
4. Uma ambulância 24 horas;
5. Reconhecimento como quilombola e permanência da escola Estadual General Sampaio na comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira com uma construção de um novo prédio, com quadra esportiva coberta, fora do quartelamento, evitando que professores e alunos sofram constrangimento e humilhação por parte dos militares;

6. Investimento em infraestrutura: asfalto, meio fio, iluminação pública, água tratada, esgoto sanitário e coleta de lixo;
7. Construção urgente de um poço artesiano para atender a comunidade independente do aquartelamento, para evitar os fatos acontecidos em 2011 quando a água era interrompida propositalmente como retaliação, deixando crianças, idosos e pessoas doentes sem água em casa;
8. Construção de um centro de apoio ao turista;
9. Aquisição de trator de pneu com implementos agrícolas;
10. Projeto via Ministério do Meio Ambiente e Turismo para a implantação de serviços turísticos;
11. Aquisição de um ônibus para transportar turistas;
12. Implantação do Projeto Minha Casa, Minha Vida;
13. Asfaltamento da rodovia estadual Mario Nonato que liga Costa Marques ao Distrito do Forte Príncipe da Beira.

AVANÇOS NA GESTÃO DA TERRA E/OU TERRITÓRIO E EXPECTATIVAS ECONÔMICAS, CULTURAIS, SOCIAIS

Entre os novos processo que permitem o acesso à terra e território podemos destacar o fascículo “Mapeamento Social” que fez a cartografia da **Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira** e a contraproposta da Comunidade Quilombola do Real Forte Príncipe da Beira sobre Norma de Convivência Real Forte Príncipe da Beira a fim de preservar a manutenção da boa convivência e de inter-relacionamento da comunidade local e os integrantes do Pelotão Especial de Fronteira (PEF), em conformidade com os preceitos jurídicos atinentes, sobretudo, à Administração Pública e ao Meio Ambiente.

O documento visa regular as relações entre o efetivo militar do Real Forte Príncipe da Beira e a Comunidade Quilombola Forte Príncipe da Beira e versará sobre moradia, cultivo, atividades de agropecuária e atividades extrativistas, em área sob jurisdição militar, entrada e saída dos moradores da área do quartel do PEF e outras

questões que se façam indispensáveis à convivência pacífica e harmoniosa entre a Comunidade Quilombola e os representantes locais do Exército Brasileiro.

Outras ações específicas e estratégias foram realizadas com outros órgão e atores sociais, para negociar o RTID, os direitos das comunidades quilombolas como forma de barrar a violência sofrida pelos quilombolas. A comunidade reiterou o pedido do INCRA de realizar o RTID e verem seu território titulado, o qual estaria facilitado por tratar-se de uma área de terra pública. Apesar das boas vontades apresentadas, o afastamento de uma professora e as restrições do INSS aos quilombolas do Forte foram sentidas como posteriores retaliações à luta da comunidade por seus direitos; e a recusa da comunidade em assinar a NORMA DE CONVIVÊNCIA REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA abusiva apresentada pelo Exército, sem que a contraproposta apresentada fosse apreciada pelo mesmo.

A Comunidade Também Participou de Reuniões com Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em Porto Velho para analisar o contrato de concessão de direito real de uso resolúvel para apreciação dos quilombolas da comunidade Forte Príncipe da Beira; a violência e a titulação do Território. Além de uma Ação Civil Pública (0006050-05.2014.4.01.4101) promovida pelo MPF, a fim de obter, via Justiça Federal, ordem para o INCRA proceda com todos os atos relacionados à delimitação das terras ocupadas pela comunidade quilombola de Forte Príncipe, em Costa Marques.

Esta Ação Civil Pública finalmente teve sucesso, após vários intentos de audiências de conciliação e uma visita de inspeção judicial na comunidade, realizada em junho de 2018, com decisão do Juiz Federal Marcelo Elias Vieira, de Ji Paraná. Em 11 de Julho de 2018 a justiça federal ordenou a realização do RTID pelo INCRA e conseguiu um acordo para construção de um novo prédio da escola fora do recinto do quartel militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <https://cptrondonia.blogspot.com.br/2015/03/o-forte-principe-da-beira-continua.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2013/07/exercito-impede-titulacao-para.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2011/03/rondonia-escola-quilombola-suspende.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2013/10/comunidade-quilombola-debate.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2013/09/quilombolas-do-forte-se-reuniram-com-mpf.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2014/11/lancamento-do-mapeamento-social-da.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2017/06/quilombolas-do-forte-principe-da-beira.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2008/05/indgenas-despejados-por-militares-no.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2013/11/governo-nega-propriedade-definitiva-aos.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2014/11/em-rondonia-exercito-quer-despejar.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2009/10/mpf-faz-reunioes-com-comunidades.html>
- <http://cptrondonia.blogspot.com/2018/05/juiz-federal-realiza-inspecao-judicial.html>
- http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100015
- Emmanuel de Almeida Farias Junior, Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades
- Específicas <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1467>

Vídeo:

- <http://g1.globo.com/ro/rondonia/rondonia-tv/videos/t/edicoes/v/17a-brigada-anuncia-restauracao-do-forte-principe-da-beira/4021938/>
- <https://www.youtube.com/watch?v=yMDJsUMi5Bw&feature=share>
- https://www.youtube.com/watch?v=Xib_X-aXVa8&feature=share
- <https://www.youtube.com/watch?v=nffu7HQWpXI&feature=share>

CRÉDITOS

A resistência da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira.

Sistematização da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira realizada por Josep Iborra Plans (Zezinho) e Claudio Dourado de Oliveira

Lideranças:

Elvis Pessoa e Mary Nascimento

Fotografias:

- Arquivo da CPT Rondônia: Pe. João Picard, Elizabeth Farias Brito, Roberto Ossak, Ministério Público Federal – RO e ASQFORTE - Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira.

Mapa:

- Mapa elaborada pelo Projeto de Nova Cartografia Social da Amazônia com a Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira - ASQFORTE.

Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, 16 de julho de 2018.

GALERIA DE IMAGENS



Foto: Intento do Exército de cercar o acesso a entrada ao porto e a Fortaleza, Julho de 2015.

Foto: MPF-RO / Arquivo da CPT – Rondônia



Apresentação de Mapeamento Social do território da comunidade quilombola do Forte, 2014.

Foto: ASQFORTE / Arquivo da CPT – Rondônia



*A professora Mary Nascimento, ex presidente da Asqforte, apresenta o mapa da comunidade.
Foto: Asqforte / Arquivo da CPT – Rondônia*



Projeto de Nova Cartografia Social da Amazônia com a associação quilombola do Forte Príncipe da Beira



*Casa queimada pelo Exército do seringueiro “Perna de Abelha”, novembro 2008.
Foto: Pe. João Picard /Arquivo da CPT – Rondônia*



O seringueiro Manoel Marcolino, popular “perna de Abelha”, quilombola e morador do território do Forte. Foto: Pe. João Picard /Arquivo da CPT – Rondônia



Audiência Pública em Costa Marques com presença do ministro da SEPPIR Posterior Inspeção Judicial Federal na comunidade.



Extensão da pré-escola municipal Senhora Aparecida